

ANALISTA

No que se refere à Lei Complementar n.º 75/1993, julgue os itens a seguir.

Questão 32 Membro do Ministério Público da União poderá renunciar à promoção, em qualquer tempo, se houver vaga na categoria imediatamente anterior.

Art. 199. As promoções far-se-ão, alternadamente, por antiguidade e merecimento.

(...)

§ 4º É facultada a renúncia à promoção, em qualquer tempo, desde que haja vaga na categoria imediatamente anterior.

Correta

Questão 33 Conflito de atribuição de determinado caso envolvendo um membro do Ministério Público Federal e um membro do Ministério Público Militar deverá ser submetido à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e por ele decidido.

Art. 26. São atribuições do Procurador-Geral da República, como Chefe do Ministério Público da União:

(...)

VII – dirimir conflitos de atribuição entre integrantes de ramos diferentes do Ministério Público da União.

O conflito entre ramos é decidido pelo PGR.

Errada

Questão 34 No exercício do controle externo da atividade policial, o Ministério Público pode ter acesso a qualquer documento produzido pelo órgão da polícia, bem como ter livre ingresso em estabelecimentos policiais ou prisionais.

Art. 9º O Ministério Público da União exercerá o controle externo da atividade policial por meio de medidas judiciais e extrajudiciais podendo:

I – ter livre ingresso em estabelecimentos policiais ou prisionais;

II – ter acesso a quaisquer documentos relativos à atividade-fim policial;

O MP tem acesso aos documentos relativos à atividade-fim policial.

Errada

Questão 35 Quando um membro do Ministério Público da União comete alguma falta disciplinar, a consequente instauração de processo administrativo deve interromper o prazo prescricional para aplicação da sanção.

Art. 245. A prescrição começa a correr:

Parágrafo único. Interrompem a prescrição a instauração de processo administrativo e a citação para a ação de perda do cargo.

Correta

Com relação ao conceito do Ministério Público, aos princípios institucionais, à autonomia funcional e administrativa, à elaboração da proposta orçamentária e aos vários ministérios públicos, julgue os itens subsecutivos

Questão 36 A autonomia funcional abrange todos os órgãos que compõem o Ministério Público e garante que seus membros não se submetam aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário nem a outro órgão ou autoridade pública.

A independência funcional garante que os membros estão livres para atuação externa. Não submissão refere-se à independência funcional.

Errada

Questão 37 Se o Ministério Público apresentar ao Poder Executivo proposta orçamentária em desacordo com a lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo estará vedado de realizar os ajustes necessários, devendo a proposta ser restituída ao Ministério Público para que este proceda, no prazo de 30 dias, a tais ajustes.

Art. 127, CF.

(...)

§ 5º Se a proposta orçamentária de que trata este artigo for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na forma do § 3º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

Errada

Questão 38 Tanto o Ministério Público do Trabalho quanto o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios integram o Ministério Público da União

Art. 128. O Ministério Público abrange:

I - o Ministério Público da União, que compreende:

a) o Ministério Público Federal;

b) o Ministério Público do Trabalho;

c) o Ministério Público Militar;

d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Correta

Questão 39 Ao Ministério Público, órgão essencial à função jurisdicional do Estado, incumbe a defesa dos direitos sociais e ~~individuais disponíveis~~ e indisponíveis.

Art. 127, CF. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Errada

Questão 40 Dado o princípio da indivisibilidade, um membro do Ministério Público da União não pode substituir outro que exerça a mesma função, pois haverá implicações práticas nas atividades desenvolvidas.

Indivisibilidade autoriza a substituição.

Errada

No que se refere ao procurador-geral da Repúblicas, aos demais procuradores-gerais e às garantias dos membros do Ministério Público da União, julgue os itens seguintes.

Questão 41 Um membro do Ministério Público ~~adquire estabilidade após três anos~~ de efetivo exercício, podendo, contudo, perder o cargo por sentença judicial transitada em julgado ou por processo administrativo específico.

Membro adquire vitaliciedade.

Errada

Questão 42 Somente depois de aprovada pelo Senado Federal, o procurador geral da República deverá ser nomeado pelo presidente da República.

Art. 128. O Ministério Público abrange:

§ 1º O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

Correta

Questão 43 O procurador-geral do Distrito Federal e Territórios deverá ser nomeado pelo chefe do Poder Executivo, e seu mandato será de dois anos, sendo permitida somente uma recondução.

Art. 127, CF.

(...)

§ 3º Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Correta

No que se refere à composição e às atribuições constitucionais do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), julgue os itens que se seguem.

Questão 44 Dos membros que compõem o CNMP, o procurador-geral da República é o único que prescinde de nomeação específica para exercer atividades nesse órgão.

O PGR é membro nato.

Correta

Questão 45 O CNMP pode atuar de ofício para apreciar a legalidade dos atos administrativos e jurisdicionais praticados por membros do Ministério Público da União e dos Estados.

Membro do MP não exerce atividade jurisdicional.

Errada

TÉCNICO

Julgue os itens subsecutivos à luz da Lei Complementar n.º 75/1993, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União (MPU).

QUESTÃO 32 – O controle da atividade policial exercido pelo MPU visa tanto prevenir quanto corrigir ilegalidades e abuso de poder.

Art. 3º O Ministério Público da União exercerá o controle externo da atividade policial tendo em vista:

(...)

c) a prevenção e a correção de ilegalidade ou de abuso de poder.

Correto

QUESTÃO 33 – O diretor-geral da Secretaria do MPU é nomeado pelo procurador-geral da República para um mandato de dois anos, sendo permitida uma única recondução.

Art. 35. A Secretaria do Ministério Público da União é dirigida pelo seu Diretor-Geral de livre escolha do Procurador-Geral da República e demissível ad nutum, incumbindo-lhe os serviços auxiliares de apoio técnico e administrativo à Instituição.

Diretor-Geral é de livre nomeação e exoneração.

Errada

QUESTÃO 34 – A sanção disciplinar de advertência para membro do MPU que tenha cometido ato ímprobo no exercício de suas funções deverá ser aplicada ~~oralmente~~, em ambiente reservado.

Art. 240. As sanções previstas no artigo anterior serão aplicadas:

I – a de advertência, reservadamente e por escrito, em caso de negligência no exercício das funções;

As sanções são por escrito.

Errada

QUESTÃO 35 – Autorização para que membro do MPU se afaste das suas funções para comparecer a congresso no exterior é emitida pelo procurador-geral da República, sendo ~~dispensada, nesse caso, manifestação do Conselho Superior do órgão.~~

Art. 204. O membro do Ministério Público da União poderá afastar-se do exercício de suas funções para:

(...)

II – comparecer a seminários ou congressos, no País ou no exterior;

§ 1º O afastamento, salvo na hipótese do inciso IV, só se dará mediante autorização do Procurador-Geral, depois de ouvido o Conselho Superior e atendida a necessidade de serviço.

Errada

Acerca do Ministério Público, de seus princípios institucionais e de sua autonomia, julgue os itens seguintes.

QUESTÃO 36– O princípio da independência funcional refere-se à autonomia de convicção: os membros do Ministério Público não se submetem a nenhum poder hierárquico no exercício de suas funções institucionais.

Membros do Ministério Público são independentes no exercício de suas funções.

Correta

QUESTÃO 37– Ao propor ao Poder Legislativo a criação ou extinção de cargos e serviços auxiliares, o Ministério Público exerce a ~~sua autonomia financeira.~~

Art. 127, § 2º, CF. Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

Trata-se de autonomia administrativa.

Errada

QUESTÃO 38– A autonomia financeira do Ministério Público garante que o órgão elabora a sua proposta orçamentária, dentro dos limites da lei de diretrizes orçamentárias, e a ~~encaminhe ao Poder Legislativo para fins de consolidação.~~

Proposta é encaminhada ao Poder Executivo e não ao Legislativo.

Errada

QUESTÃO 39– O Ministério Público que atua no Tribunal de Contas da União ~~integra o MPU~~, e seu chefe é o procurador-geral da República.

O MP junto aos Tribunais de Contas não é ramo ao Ministério Público da União.

Errada

QUESTÃO 40– Instituição permanente e essencial à justiça, o Ministério Público tem como incumbência a defesa do regime democrático.

Art. 127, CF. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Correta

No que se refere aos cargos de procurador-geral e procurador-geral da república e aos membros do Ministério Público, julgue os itens que se seguem.

Questão 41– Somente integrantes de carreira do MPU podem ser nomeados para o cargo de procurador-geral da República e, assim como a nomeação, a destituição do cargo de procurador-geral da República depende de autorização do Senado Federal.

PGR é nomeado e destituído mediante aprovação do Senado.

Correta

Questão 42– O governador de estado nomeia o procurador-geral do Ministério Público do estado com base em lista tríplice composta por integrantes de carreira, sem necessidade de ato de autorização da respectiva assembleia legislativa.

Art. 128, CF.

(...)

3º Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Correta

Questão 43 – É vedada aos membros do Ministério Público o exercício da advocacia, ainda que em causa própria.

Art. 128 § 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

(...)

II – as seguintes vedações:

(...)

b) exercer a advocacia.

Correta

A respeito da composição e das atribuições constitucionais do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), julgue os itens a seguir:

Questão 44 –O CNMP pode avocar processos disciplinares em curso contra membros do MPU e aplicar-lhes sanções administrativas, desde que a ampla defesa seja assegurada no procedimentos.

Art. 130-A§ 2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe:

(...)

III receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

Correta

Questão 45 –O CNMP é composto de membros dos ministérios públicos dos estados e do MPU indicados pelo procurador-geral da República.

Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

§ 1º Os membros do Conselho oriundos do Ministério Público serão indicados pelos respectivos Ministérios Públicos, na forma da lei.

Membros oriundos dos MP dos estados são indicados pelos respectivos PGJ.

Errada